



XX Encontro Nacional da Pastoral da Educação

TEXTO DE TRABALHO



Crédito: Marden Couto





XX Encontro Nacional da
Pastoral da Educação

XX Encontro Nacional da Pastoral da Educação – Texto de Trabalho

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
Comissão Episcopal Pastoral para Cultura e Educação
Setor Educação

SE/Sul – Quadra 801 – Conjunto “B”
70200-014 - Brasília - DF

Brasília, 22 de Julho de 2020

5 Apresentação

7 Introdução

9 1. Escola Pública: desafios e esperanças

13 2. Urgência pastoral: ir ao encontro da escola pública

16 3. Pastoral da Educação na Escola Pública - Aspectos fundamentais

18 4. O trabalho da Pastoral a partir dos marcos legais

22 5. Pacto Educativo Global

25 6. Desafios da Pandemia para a Educação

28 Considerações Finais



Crédito: Adilton Venegeroles / AG. A Tarde

Apresentação

A Igreja no Brasil sempre esteve ligada à educação. São João Paulo II disse, assim, aos bispos do Nordeste II e III em visita *ad limina* em 1985: “Como não sublinhar a co-naturalidade que existe entre a missão da Igreja e o esforço de instruir e educar? ... Durante toda a sua história (a Igreja) tem sido fiel à sua missão educativa”.

Recorde-se que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil publicou em maio de 1992 o documento de nº 47 com o título *Educação, Igreja e Sociedade*. Esse texto, de grande lucidez, afirma: “A comunidade cristã não pode ficar indiferente diante do descaso com que é tratada a educação no Brasil. Se quisermos superar o círculo vicioso da ‘miséria que gera miséria’, a Igreja e toda a sociedade brasileira deve passar a assumir a educação como verdadeira PRIORIDADE NACIONAL” (*sic*). Tal documento teve um papel muito importante no desenvolvimento da Pastoral da Educação que, então, passou a ser incrementada em diversas dioceses.

Precioso incentivo veio, também, da realização de duas Campanhas da Fraternidade sobre a educação. Em 1982, o tema foi “Educação e Fraternidade” e o lema “A verdade vos libertará”. Em 1998, “Fraternidade e Educação”

com o lema “A serviço da vida e da esperança”.

No entanto, a Pastoral da Educação ainda não se consolidou como precisaria para ser uma frente de atuação mais forte e sólida em favor de uma compreensão humanista cristã da educação. Face à diversidade de pastorais, infelizmente, o cuidado com a educação não tem sido uma prioridade na perspectiva da ação *ad extra* da Igreja, não obstante o reconhecimento de esforços significativos de algumas dioceses e regionais da CNBB.

O XX Encontro Nacional da Pastoral da Educação contribuirá, com certeza, para a percepção do empenho de muitos agentes que se dedicaram e têm se dedicado a ser “sal da terra e luz do mundo”, especialmente, na escola. Desejamos que a participação ampliada no XX ENAPE traga como resultado o crescimento da ação da comunidade eclesial junto às escolas, sobretudo aquelas da rede pública.

O sonho de uma educação humanista integral está presente em todos nós. E tem exigido não poucos esforços da Igreja, de suas instituições de educação e de seus agentes. A esperança que nos move é o Reino anunciado por Jesus. Ele é como o fermento que a mulher mistura às porções de farinha. Sejamos esse fermento no mundo da educação.

+ João Justino de Medeiros Silva
Arcebispo Metropolitano de Montes Claros
Presidente da Comissão Episcopal Pastoral
para a Cultura e a Educação

Introdução



Crédito: Adilton Venegeroles / AG. A Tarde

Ser Igreja em estado permanente de missão é um imperativo do Pontificado do Papa Francisco, que tem provocado os organismos eclesiais a um maior empenho em sair ao encontro das situações e ambientes, que carecem do serviço samaritano dos cristãos. Entre as muitas periferias geográficas, sociais e existenciais encontra-se o vasto e importante campo da educação e em especial a escola pública.

O XX Encontro Nacional da Pastoral da Educação a ser celebrado neste ano de 2020, tem como tema: “Igreja em Saída: a Pastoral da Educação na Escola Pública”. Inspirado na convocação missionária do Papa Francisco e na realização do Pacto Educativo Global, o Encontro deseja impulsionar uma atuação mais efetiva da Pastoral da Educação nas escolas.

O presente subsídio é um texto norteador para a reflexão, partilha e celebração da missão da Igreja junto ao imenso desafio de ser presença unido ao ensino público. A expectativa é de que escolas, paróquias, dioceses e regionais possam usar este texto como instrumento de reflexão e partilha no caminho de preparação ao XX Encontro Nacional da Pastoral da Educação. Para facilitar a reflexão, ao final deste subsídio se encontram algumas perguntas, cujas respostas deverão ser enviadas para o e-mail do setor educação.

Escola Pública: desafios e esperanças

1

Crédito: Adilton Venegeroles / AG. A Tarde



A escola pública cumpre uma importante função social: investir na formação de homens e mulheres livres, capazes de interferir, com autonomia e responsabilidade, na sociedade. Trata-se de um vasto universo, permeado por desafios e esperanças, terreno fértil para a ação da Pastoral da Educação. Nele, encontra-se a maioria da população escolar. Nesse contexto, é fundamental que a Igreja proponha caminhos para adentrar no chão da escola pública, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da educação ofertada em nosso imenso país.

A escola pública é um lugar de esperanças. Partindo dessa premissa, podemos elencar várias belezas existentes nesse universo: a diversidade cultural, o trabalho desenvolvido pelos professores, com foco na melhoria da qualidade do ensino ofertado, o processo de formação continuada dos profissionais da educação e a sua inter-relação com as metodologias de ensino aplicadas em sala de aula, a implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) no território brasileiro, a participação da comunidade escolar nos conselhos deliberativos e os processos de gestão democrática, que garantem o envolvimento efetivo dos vários segmentos da comunidade escolar em todos os aspectos da organização da escola.

Em contrapartida, são muitos os desafios da escola pública, na contemporaneidade, a saber: a falta de valorização dos profissionais da educação, a violência na escola, a ausência das famílias no processo educativo sistematizado, a precariedade das estruturas físicas de algumas escolas, a estagnação das metas do PNE (Plano Nacional de Educação), os cortes de verbas na educação, em especial no FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), a conclusão da reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional, dentre outros.

Diante do exposto, percebemos claramente que, na perspectiva da construção da aldeia que educa, por meio dos compromissos coletivos (família, escola e sociedade), a escola pública é o espaço privilegiado para a ação evangelizadora da Igreja, que muito pode contribuir, pela ação/reflexão dos processos educativos, com a oferta da educação pública comprometida com o diálogo e a paz, com a economia solidária e com a ecologia integral, pilares propostos pelo Papa Francisco no Pacto Educativo Global.

A Missão do Setor Educação na pastoral junto às Escolas Públicas

Dados do censo escolar 2018



TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO PAÍS

48.455.867 alunos

6.350.201 alunos em Escola Privada

42.105.661 estudantes na Escola Pública



TOTAL DE PROFESSORES NO PAÍS

Total de Professores: 2.226.423

Mulheres: 1.780.000

Homens: 446.423

Total de Docentes na Rede Pública no
Brasil: 1.751.211



TOTAL DE ESCOLAS NO PAÍS

Escolas no país 181.939

Escolas Públicas 141.953

Urgência pastoral: ir ao encontro da escola pública

2

Crédito: Marden Couto



Enviados a anunciar a Boa Nova do Reino, os discípulos de Jesus são, na atualidade, desafiados a estar nas fronteiras existenciais e geográficas como sinais de esperança e vida. A escola pública, em nosso país, com toda sua complexidade, se apresenta como periferia existencial e desafia os educadores(as) cristãos(ãs) a preconizar um serviço que colabore em sua missão. E ainda, o Censo Escolar 2018 corrobora que a educação básica no Brasil, em sua maior parte, acontece nas instituições públicas das três esferas, atendendo mais de 80% da demanda com a presença da maior parte de nossos professores(as).

A universalização do acesso à educação é uma conquista importante da sociedade brasileira. No entanto, muitos desafios ainda estão presentes nas escolas públicas como: a questionável qualidade do ensino; a falta de estrutura e de apoio aos educadores(as); o atual cerceamento à liberdade dos professores(as) no exercício da docência; a falta de envolvimento de alunos(as) e famílias, além do alto índice de violência que envolve as comunidades escolares conforme já mencionado.

Por isso, a construção de novas políticas públicas para a educação e, principalmente, a manutenção das conquistas históricas garantidas pela Constituição Federal são de grande importância no momento presente e impe-

lem uma presença afirmativa da Igreja. Ademais, em muitas escolas, os educadores(as) deixaram esfriar aquele entusiasmo pela missão educativa e, por essa razão, carecem de mecanismos que fomentem um reencantamento pela arte de educar.

Assim, o presente contexto provoca a ação pastoral da Igreja e nos convida a ser presença significativa nos vários ambientes da educação pública, especialmente, nas periferias existenciais com o objetivo de efetivar a urgente necessidade de uma Igreja em saída por meio da Pastoral da Educação.

3 Pastoral da Educação na Escola Pública - Aspectos fundamentais

Crédito: Juan Carlos



A ação pastoral da Igreja no ambiente da escola pública precisa ser norteadada por três aspectos fundamentais: serviço, diálogo e ecumenismo. Para isso, a missão deve ser compreendida à luz do Concílio Vaticano II, que apresenta a Igreja como grande “servidora da humanidade”. O próprio termo “pastoral” refere-se a imagem do pastor, do cuidado e da proximidade, assim os agentes da pastoral estão como servidores que desejam estender a mão e cuidar, colaborar para que também a escola pública seja lugar da vida em abundância.

Essa maneira de entender o trabalho pastoral amplia o horizonte e abre a possibilidade do diálogo. A escola pública, como espaço plural, exige dos agentes da pastoral uma postura de abertura religiosa, cultural e social. As experiências em várias dioceses no país mostram que essa abertura ao diálogo é fundamental para uma presença frutuosa da Pastoral da Educação. Atividades, projetos, ações conjuntas apenas logram êxito onde o encontro das diferenças não são apenas obstáculos, mas impulso numa caminhada compartilhada.

O testemunho do Evangelho no ambiente escolar não se dá por meio de uma pregação incisiva e arrogante daqueles que se consideram perfeitos, mas pela presença servidora, fraterna amiga, em que a força do Evangelho ilumina as relações. Nesse aspecto, os trabalhos em uma linha ecumênica são indispensáveis até mesmo para a legalidade e acolhida por parte dos gestores das atividades da Pastoral da Educação.

4

O trabalho da Pastoral a partir dos marcos legais

Crédito: Daiane Mendonça



À luz dos marcos legais da educação e da laicidade do Estado, e conhecedora da realidade educacional brasileira, a Pastoral da Educação quer ser presença atuante na escola pública, colaborando, por meio de propostas de ações pedagógicas dinâmicas e criativas, contribuindo na oferta para uma educação de qualidade.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 5º, trata dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, assegurando a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a todos (brasileiros e estrangeiros residentes no país), a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e nos parágrafos VI e VII, destaca, respectivamente: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” e “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”.

A mesma legislação, em seu Artigo 205, preconiza que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Artigo 3º, IV, ressalta que o ensino será ministrado com base no princípio do respeito à liberdade e apreço à tolerância e o Artigo 33 regulamenta a oferta do Ensino Religioso, nas escolas públicas, conforme segue: “o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) afirma que o Ensino Religioso, assim como os demais componentes do currículo escolar, é “um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz” (p. 437).

Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes, quanto semelhantes, ao

longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. (DCN's – Educação Básica)

Diante disso, a ação da Pastoral da Educação, no universo da escola pública, está alicerçada nos princípios e fins da educação nacional, garantidos, em especial, pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir dos princípios de liberdade, democracia, participação social e cidadania.

5 Pacto Educativo Global

Crédito: L'Osservatore Romano



O Papa Francisco diante dos imensos desafios encontrados no ambiente da educação tem insistido na necessidade de reconstruir o “Pacto Educativo”, e com isso convidou para o ano de 2020 uma ampla reflexão com objetivo de firmar um Pacto Global pela Educação. Trata-se de um projeto que ultrapassa nações, igrejas, religiões, governos, pois centra-se no compromisso com a educação como “bem comum” e como “direito universal”. O Papa reconhece a necessidade de unir esforços para formar pessoas maduras e com responsabilidade na construção do bem comum. Inspira-se no provérbio da sabedoria africana, que afirma que “para educar uma criança é necessária uma aldeia inteira”. A imagem da aldeia evoca uma ampla aliança pela educação que incumbe de responsabilidade não apenas determinados atores sociais, mas pressupõe um envolvimento de toda sociedade.

O Pacto Educativo inspira o trabalho da Pastoral da Educação enfatizando a necessária cooperação com todos na sociedade. A Igreja, associações, instituições governamentais são chamadas a renovarem o compromisso em colaborar efetivamente na aldeia que educa. O Pacto insere-se na compreensão de um mundo fraterno, no qual a educação é o meio em que se pode criar a verdadeira fraternidade. O grande desafio é educar em uma perspectiva do encontro, do diálogo entre culturas, religiões

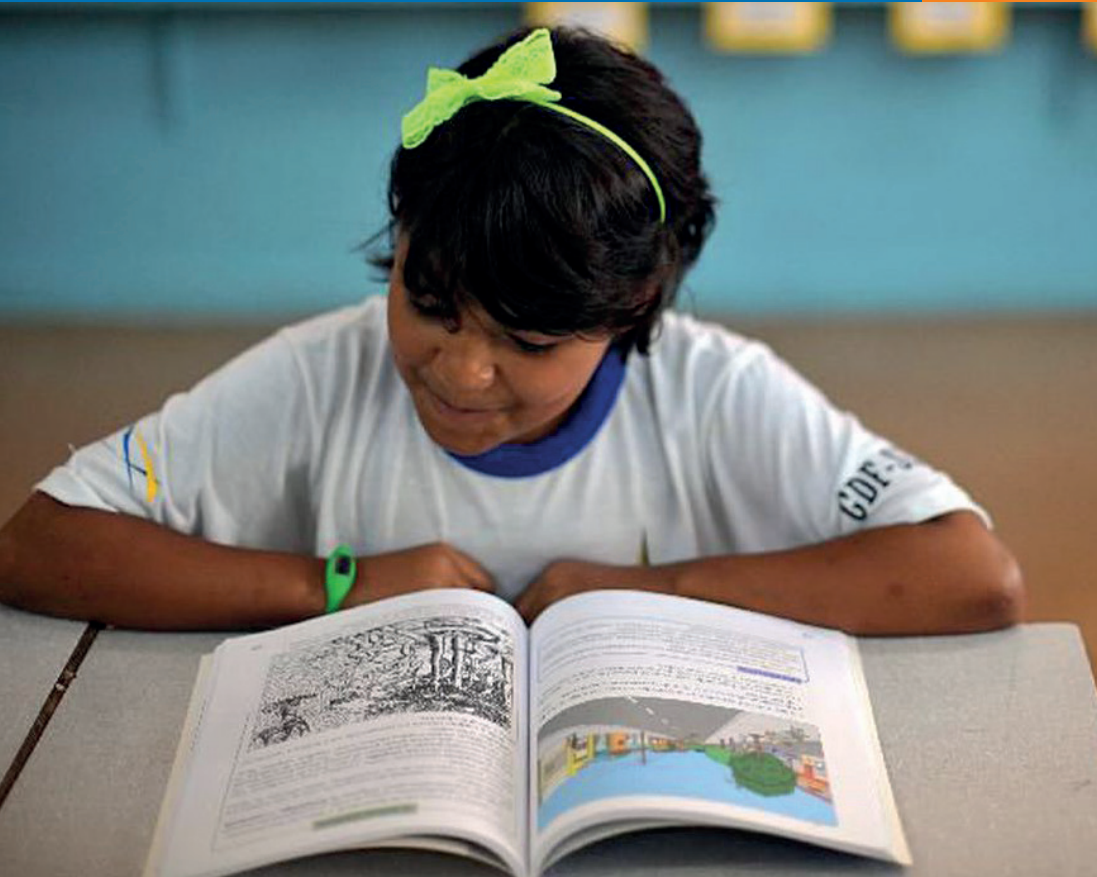
e gerações. Nesse sentido, fecundas podem se tornar a presença e ação dos agentes da Pastoral da Educação. A Escola Pública se torna espaço primordial para a reflexão sobre o Pacto Educativo, pois esse propõe colocar no centro o desenvolvimento integral da pessoa e a proteção da casa comum.

Os debates ao redor do Pacto podem também reanimar os educadores, as famílias e toda a sociedade na bela e desafiante missão educativa. Conscientes dessa aliança, muitos podem assumir o “compromisso pessoal e comunitário de cultivar, juntos, o sonho de um humanismo solidário, que corresponda às expectativas do homem e ao desígnio de Deus”.

Desafios da Pandemia para a Educação

6

Crédito: Marcello Casal Jr.



A pandemia do novo coronavírus, responsável pela doença COVID-19, trouxe mudanças radicais para toda a sociedade. No campo educacional, as mudanças proporcionaram às escolas a descoberta de novas metodologias para dar continuidade ao processo ensino e aprendizagem dos estudantes. Os professores foram desafiados a ressignificarem, de imediato, as suas práticas pedagógicas e as famílias passaram a acompanhar, no lar, a rotina escolar de seus filhos.

Diante disso, os diversos Conselhos de Educação, em nível nacional, estadual e municipal, emitiram notas, regulamentando a substituição das aulas presenciais por atividades remotas, via meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia. Ressalta-se, porém, que a desigualdade social é um dos principais desafios da atualidade. Ela impede que o processo educativo em meios digitais atinja a todos, principalmente àqueles que vivem realidades mais vulneráveis, nos grandes centros urbanos e regiões rurais, e são atendidos na rede pública de ensino.

O retorno às aulas presenciais não será como a volta de um recesso tradicional, mas sim, o começo de uma experiência educativa marcada por imensas transformações. Além de todos os protocolos de segurança e higiene e o medo de contaminação pelo vírus, os desafios pedagógicos

serão grandiosos. Para garantir os processos de aprendizagem, nos diferentes níveis e modalidades da Educação, os sistemas de ensino estão organizando estratégias para assegurar a continuidade das atividades letivas.

O impacto emocional advindo das experiências da pandemia demandará muita sensibilidade dos educadores, ao lidar com estudantes, famílias e colegas de trabalho. As experiências educativas vivenciadas pelas escolas durante a pandemia são historicamente importantes para a remodelagem do processo ensino e aprendizagem.

Considerações Finais

Os Encontros Nacionais da Pastoral da Educação representam um momento importante na caminhada da ação evangelizadora no ambiente da Educação. Este ano de forma especial, o encontro aponta para escola pública como território especial para a missão da Pastoral da Educação. Como organismo da Igreja Católica, a Pastoral, por meio de seus agentes; tem, nas últimas décadas, sido uma presença servidora entre os educadores, estudantes e comunidade escolar.

Inspirada na mística do Mestre Jesus, educador no amor e na misericórdia, a Pastoral da Educação tem atuado em várias frentes sempre com ações marcadas pelo diálogo, serviço em prol de um processo educativo humano e solidário. O convite de ser “Igreja em Saída” em direção à escola pública deseja reanimar os educadores católicos como sal e luz para inspirar vidas no imenso mundo da educação pública.

O XX Encontro Nacional da Pastoral da Educação, ressoando o mandato de Jesus “ide e fazei discípulos”, partilha com o educador, a escola, a paróquia ou a diocese o sonho de uma pastoral presente e atuante em cada escola pública. Nas palavras do Papa Francisco: é preciso ter “coragem de investir as melhores energias com criatividade e responsabilidade, com pessoas abertas, responsáveis, disponíveis a encontrar o tempo para a escuta, o diálogo e a reflexão de modo a constituir um novo humanismo”. Que esse encontro nacional desperte em todos essa coragem da fala do Papa Francisco e renove o entusiasmo e a paixão pela missão pastoral e educativa.

Perguntas

1 Na sua realidade pastoral e educativa, quais são as alegrias e os desafios encontrados na missão junto a escola pública?

2 Quais interpelações o Pacto Educativo Global proposto pelo Papa Francisco apresenta para a Pastoral da Educação?

3 Aponte algumas indicações e sugestões para nossa missão como Igreja no ambiente educativo.

Envie suas respostas para
educacao@cnbb.org.br





REALIZAÇÃO



CNBB

SETOR EDUCAÇÃO

APOIO



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte
Campus Natal-Cidade Alta



ANEC
Associação Nacional de
Educação Católica do Brasil